



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

11/10/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Brasil tem recordes de 79,3% de famílias endividadas e 30% de inadimplentes

O total de famílias endividadas atingiu recorde em setembro, e o número de inadimplentes também teve novo ápice, segundo dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) nesta segunda-feira, 10. O total de lares brasileiros com dívidas a vencer chegou a 79,3% em setembro, o terceiro aumento consecutivo, enquanto a fatia de famílias com contas em atraso alcançou a marca histórica de 30% no mês passado, mostrou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

Segundo a CNC, o aumento no endividamento em setembro foi provocado pela maior contratação de dívidas entre consumidores de renda média e baixa.

Entre os mais pobres, o endividamento superou 80% pela primeira vez na pesquisa. A proporção de endividados entre os consumidores com renda familiar inferior a 10 salários mínimos mensais aumentou 0,4% em setembro ante agosto, atingindo 80,3%, o maior patamar da série histórica da Peic, iniciada pela CNC em janeiro de 2010. No grupo de famílias com maior renda, a proporção de endividados ficou estável em 75,9%.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer em cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa.

Quanto à inadimplência, o volume de consumidores com pagamento de dívidas em atraso cresceu pelo terceiro mês consecutivo. Em setembro, 10,7% das famílias relataram que não terão de condições de pagar as contas atrasadas, ou seja, permanecerão inadimplentes.

"Embora os atrasos tenham crescido no mês e no ano entre os consumidores nas duas faixas de renda, as dificuldades de pagamento de todos os compromissos do mês são mais latentes entre as famílias de menor renda", avaliou a economista Izis Ferreira, responsável pelo levantamento da CNC, em nota oficial.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 11 de outubro.

Filhos de famílias pobres têm só 2,5% de chance de chegar ao topo no Brasil

As desigualdades sociais, regionais e de renda no Brasil contribuem para perpetuar uma estrutura de baixa mobilidade social no país, que dificulta a ascensão dos mais pobres e assegura a permanência dos mais ricos no topo.

Um estudo inédito sobre o tema mostra que metade dos filhos de pais situados entre os 20% mais pobres do Brasil permanece nesse mesmo grupo de renda quando adultos, enquanto metade dos filhos dos 20% mais ricos se mantém no topo.

Mesmo entre os que conseguem escapar da pobreza, a melhora de vida pode ser apenas parcial. Só 2,5% dos filhos cujos pais estão no estrato mais vulnerável conseguem atingir o topo da estrutura social e de renda em uma única geração. O percentual é bem menor do que em países desenvolvidos, onde há maior mobilidade.

Ser mulher, preto ou pardo também diminui as chances de ascensão, assim como viver nas regiões Norte e Nordeste, segundo os resultados encontrados pelos pesquisadores.

"Uma parte do Brasil sustenta o discurso de que se você se esforçar na vida, você se dá bem. O estudo coloca uma interrogação nisso", diz o economista Breno Sampaio, um dos autores. "Somos uma sociedade bastante desigual em termos de oportunidade. O esforço não significa sucesso."

A pesquisa foi desenvolvida por Diogo Britto, Alexandre Fonseca, Paolo Pinotti, Breno Sampaio e Lucas Warwar por meio do Gappe (Grupo de Avaliação de Políticas Públicas e Econômicas) da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em parceria com a unidade de análise econômica do crime da Universidade de Bocconi, na Itália.

Os resultados também permitem fazer uma comparação internacional. Enquanto no Brasil a chance de subir da base para o topo é de 2,5%, esse percentual é bem maior nos Estados Unidos (7,5%), na Itália (11,2%) e na Suécia (15,7%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 11 de outubro.

Preço mundial dos alimentos cai, mas se mantém em patamares recordes

Mesmo com as quedas dos preços mundiais dos alimentos nos últimos meses, o patamar atual ainda supera os recordes registrados nos anos de 2008 e de 2011.

Segundo a FAO, os preços dos alimentos caíram pelo sexto mês seguido, acumulando redução de 15%. Apesar dessas quedas, continuam pressionando o bolso dos consumidores pelo mundo.

Em 2008, a alta ocorreu devido à crise internacional originada nos EUA. Em 2011 e 2012, efeitos climáticos provocaram redução de produtividade e quebra de safras, tanto nos EUA como na América do Sul.

A aceleração atual dos preços ocorre há dois anos, mas foi muito mais acentuada em 2022, principalmente após a guerra entre Rússia e Ucrânia.

A média de preços de 2021 e de 2022 supera em 43% a dos cinco anos imediatamente anteriores, conforme a FAO.

Mesmo com os ajustes atuais, a redução ainda esbarra nos estoques baixos, na alta dos fertilizantes, no custo da energia e nas crises climáticas que se espalham pelo mundo.

O Brasil, diz a FAO, participa efetivamente dessa tendência de queda atual dos alimentos, fornecendo mais carne bovina e mais açúcar para o mercado externo, produtos que tiveram redução mundial nos preços.

Em setembro, o Brasil exportou o recorde de 231 mil toneladas de carne bovina "in natura" e processada, segundo a Abrafrigo (Associação Brasileira dos Frigoríficos), que tomou como base as estatísticas da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Segundo os analistas da FAO, no entanto, a oferta mundial limitada dificulta as quedas. A preocupação com a inflação continua, inclusive no Brasil. O efeito de redução dos combustíveis está terminando, e a queda dos alimentos já é em ritmo mais lento.

Dados da Ceagesp (entreposto de hortifrúteis de São Paulo) indicaram, nesta segunda-feira (10), que os preços médios das hortaliças e das frutas subiram 2,4% em setembro, em relação a agosto.

Os dados da FAO apontam que, enquanto carnes, leite, óleos vegetais e açúcar têm quedas moderadas, os cereais vão na contramão e sobem.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 11 de outubro.

Imposto de Renda cobrado sobre pensão alimentícia será devolvido

Os contribuintes que, nos últimos cinco anos, de 2018 a 2022, incluíram pensão alimentícia como rendimento tributável devem retificar as declarações de Imposto de Renda Pessoa Física. A Receita Federal emitiu um esclarecimento sobre a não incidência do imposto após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que esses rendimentos são isentos de tributos.

Em 23 de agosto, o STF publicou a decisão que afastou a incidência de Imposto de Renda sobre valores decorrentes de direito de família. Como as pensões alimentares se encaixam nessa categoria, também deixaram de pagar o Imposto de Renda.

O contribuinte terá de retificar a declaração para cada exercício de recolhimento ou de retenção indevidos de Imposto de Renda sobre pensão alimentícia. A retificação pode ser enviada por meio do programa gerador da declaração de cada ano, pelo Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC), ou pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Para isso, basta informar o número do recibo de entrega da declaração que será retificada e manter o modelo de dedução escolhido no envio da declaração.

A Receita aconselha aos contribuintes que guardem todos os comprovantes referentes aos valores informados que podem ser pedidos para conferência até que os créditos tributários (devolução do imposto pago) prescrevam.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 11 de outubro.